Covas, A.

Universidade do Algarve/CIEO

acovas@ualg.pt

Covas, M.

Universidade do Algarve/CIEO

mcovas@ualg.pt

A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade

Dos territórios-zona aos territórios-rede

Construir um território de múltiplas territorialidades¹

Referência: Covas, A.; Covas, M. (2013). A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade dos territórios-zona aos territórios-rede construir um território de múltiplas territorialidades. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 3 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 43 a 66.

Resumo

Estamos no ano de 2013. Em Portugal, a “dieta macroeconómica” faz o seu caminho no âmbito do programa de ajustamento económico e financeiro acordado com a Troika. Ao mesmo tempo, assistimos ao processo de desterritorialização de parcelas significativas do território português. O território nacional adquire uma forma quase arquipelágica, como se as economias locais e regionais fossem ilhas isoladas e, sem mercado interno

¹ Este texto está escrito de acordo com a antiga ortografia.

digno desse nome, perdessem sentido, significado e sustentabilidade. Face à emergência e gravidade desta disrupção e fragmentação territorial, este é, porventura, o momento mais crítico para retomar uma linha de rumo que volte a reterritorializar todos estes fragmentos dispersos. Estamos a falar de uma nova geografia dos territórios em que a acção colectiva e a cooperação em rede assumem o papel principal. Este é, por isso, o tempo dos territórios-rede.

Palavras-Chave: territórios-zona, multiterritorialidade, território-rede, actor-rede, institucionalidade dedicada.

Abstract

Portugal 2013, the “macroeconomic diet” negotiated with the Troika makes its own way. Meanwhile, the Portuguese internal market, under growing pressure, suffers from an increasing disruption and fragmentation. How can we re-territorialise all these geographic fragments facing this territorial emergency? This is the time for the transition towards the territorial-networks.

Keywords: territorial-zone, multi-territoriality, territorial-network, actor-network, dedicated institutionalidade.

1. Introdução: a construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade

Estamos no ano de 2013. Em Portugal, a “dieta macroeconómica” faz o seu caminho no âmbito do programa de ajustamento económico e financeiro acordado com a Troika. Ao mesmo tempo, em consequência desse programa de ajustamento, assistimos, em plena luz do dia, ao agravamento do processo de desmantelamento e desterritorialização de parcelas significativas do nosso frágil tecido empresarial, com a consequente disrupção

e fragmentação do espaço geográfico do continente português. Quase 40 anos sobre o 25 de Abril de 1974 está gravemente ameaçada a coesão territorial do espaço nacional.

O território nacional adquire, por este facto, uma forma quase arquipelágica, como se as economias locais e regionais fossem ilhas isoladas e, sem mercado interno digno desse nome, perdessem sentido, significado e sustentabilidade. Se observarmos a forma desigual como o território nacional está ocupado, o mínimo que se pode afirmar é que há uma clara falta de sintonia entre a forma como o sistema de poder hegemónico, gerado, no essencial, pela associação entre os sub-sistemas político-partidário e político-administrativo, ocupa o território e a forma como as redes de pessoas, mercadorias e serviços “não ocupam” esse mesmo território. Quarenta anos depois do 25 de Abril está cristalizado e aprofunda-se um sistema de poder, constituído, no topo, por um território-zona, verticalizado pela política partidária e extensivo ao sistema de governo e, na base, por um território-rede clientelar e burocrático, subordinado e hegemonizado pelo território-zona da política partidária e governativa.

Este sistema de poder assim cristalizado gerou uma quadrícula política do território de tal modo compartimentada, clientelar e burocrática que é muito difícil construir novas territorialidades que sejam exteriores a estas duas lógicas omnipresentes, a político-partidária e a político-administrativa, pois são elas que comandam a distribuição e o acesso ao poder. Já para não falar da inteligência e governança territoriais que ficam definitivamente prejudicadas por esta rede clientelar e burocrática.

Se olharmos bem para os municípios do interior do país, que representam mais de 60% do território nacional, e para a desertificação e o despovoamento que os atinge, podemos afirmar, sem exagero, que os portugueses que ainda aí permanecem vivem em estado de verdadeira “reclusão territorial”, pois são concelhos sem expectativas e sem futuro.

Face à emergência e gravidade desta fragmentação territorial, este é, porventura, o momento mais crítico para retomar uma linha de rumo que volte a religar e a reterritorializar todos estes fragmentos dispersos. Estamos a falar de uma nova geografia dos territórios em que a acção colectiva e a cooperação em rede assumem o papel principal. Este é, por isso, o tempo dos territórios-rede.

Face à emergência e à dificuldade do empreendimento que temos pela frente, há, pelo menos, três perguntas de partida.

Em primeiro lugar, a formulação do *policy-problem*: o modo de olhar para um problema é o problema, logo, deve perguntar-se que condições mínimas, multidisciplinares e transdisciplinares, devem estar reunidas para juntar, em redor do *problem-solving*, uma universidade ou instituto politécnico, uma associação empresarial ou grupo empresarial, uma associação de municípios ou comunidade intermunicipal, uma ou mais associações de desenvolvimento local, os serviços públicos regionais, uma ou mais cooperativas de produção e serviços, os parques e as reservas naturais, etc., em ordem a formar uma nova configuração territorial que não se limite a ser um mero somatório de boas vontades institucionais muitas vezes inconsequentes?

Em segundo lugar, a realização do *common good*: o *problem-solving* não é suficiente para fundar um projecto comum, logo, deve perguntar-se se é possível pensar e conceber qualquer coisa como um projecto colectivo ou um bem comum, fora do alcance da política convencional, e construído a partir de uma visão multiterritorial e de uma rede de cooperação entre entidades e actores heterarquicamente organizados e imbuídos da mesma modéstia construtivista?

Em terceiro lugar, a implementação da *territorial governance*: uma vez concebido o *common good* é necessário levá-lo à prática através de uma estrutura de missão e de uma administração dedicada, por isso, é conveniente indagar qual o actor-rede que melhor incorpora e interpreta a inteligência territorial do novo conjunto.

Em síntese, estamos convencidos de que os “territórios funcionalizados” podem aprender uns com os outros, se lhes abirmos a possibilidade de um projecto comum transdisciplinar, baseado numa acção colectiva inovadora e assente numa rede de cooperação multiterritorial de valor acrescentado. Esta é a lógica da construção social de um território-rede da 2ª ruralidade que já ensaiámos, a uma microescala, na aldeia de Querença (Covas e Covas, 2013), (Covas e Covas, 2012a), (Covas e Covas, 2012b).

Os tópicos que se seguem são uma incursão epistémica e metodológica pelas novas territorialidades dos territórios-rede da 2ª ruralidade portuguesa, num tempo de emergência e “reclusão territorial” de inúmeras parcelas soberanas do espaço nacional. O texto que se segue é inspirado nos nossos livros anteriores, *A Grande Transição* (Covas

e Covas, 2011) e *A Caminho da 2ª Ruralidade* (Covas e Covas, 2012a), ambos publicados pela Editora Colibri e fará parte do nosso próximo livro intitulado *A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade*.

Duas notas finais. A primeira é uma referência às experiências de investigação-acção territorial em curso e em preparação que serviram de inspiração a este texto. Falamos dos Projectos da aldeia de Querença, das Aldeias de Geraz do Lima, das Aldeias Ribeirinhas do Alqueva, das aldeias de Alcoutim, dos Projectos - Território do Barril (concelho de Tavira), de Miranda do Douro, de Sabrosa, de Monchique, etc.. A segunda é uma palavra de reconhecimento à escola brasileira de geografia de Milton Santos até Rogério Haesbaert, que inclui também o suíço Claude Raffestin, cuja leitura foi muito inspiradora para a topografia deste texto.

2. O fim da “geografia política delimitada” e o paradigma da mobilidade

A velha “geografia política delimitada”

A “velha” geografia política é uma geografia dos limites e das fronteiras físicas e, também, dos aparelhos ideológicos de Estado que lhe correspondem. É uma geopolítica dos limites e das fronteiras, logo, de territórios-zona.

Agora, ensaiamos uma geografia de limites variáveis, “des-limitada”, sem contiguidade territorial necessária. Não desaparecem os territórios “fixos e lentos”, isto é, os estados, as regiões e os municípios, que ainda permanecerão por muito tempo. Não obstante, “os fixos e lentos” irão participar em novas experiências de geometria variável, desde os territórios em rede aos territórios-rede, móveis e mutáveis, e até portáteis, espaços de múltiplas territorialidades, onde a contiguidade geográfica conta cada vez menos.

Na esfera global em que vivemos, por outro lado, já não há “o dentro e o fora”, estamos todos, digamos, do mesmo lado da barricada, isto é “dentro”. O fim da velha geografia política delimitada tem tudo a ver com a fragmentação do chamado “triângulo da coesão” que sustentava a soberania política do Estado-nação: a coesão económica, a

coesão social e a coesão territorial. São, de resto, as três “coesões” previstas pelo tratado de Lisboa e a sua política de coesão. Este triângulo da coesão está, agora, em risco iminente, pelo menos nos países do sul da Europa: a austeridade e as recessões prolongadas, o envelhecimento populacional e as elevadas taxas de desemprego, em especial dos jovens e desempregados de longa duração, e o agravamento das assimetrias regionais e locais, deixam muitos territórios à beira de um ataque de nervos, onde se incluem inúmeros concelhos entregues à desertificação e ao despovoamento. Doravante, a nova geopolítica dos territórios-rede terá de fazer opções de fundo: menos estado e menos política (estado mínimo), mais estado e menos política (estado burocrático) e menos estado e mais política (estado cooperativo). Estamos convencidos de que a melhor opção será a terceira, pois o que se esgotou não foi a política mas uma determinada forma de fazer política e concretamente aquela que corresponde à era da sociedade delimitada territorialmente e integrada politicamente.

A emergência paradigmática da mobilidade e da imobilidade

Assim como a territorialização pode ser construída no movimento, por exemplo, o turismo e a emigração, a desterritorialização também pode ocorrer através da “imobilização”, pelo simples facto de que os limites do nosso território podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, podem estar sob o controlo ou o comando de outros. (Haesbaert, 2006: 237).

Da nova geografia política de geometria variável e territórios “por medida” faz parte o paradigma da mobilidade que já aí está em toda a plenitude. No “mundo plano” (Friedman, 2006), a mobilidade é uma espécie de imperativo categórico. Isto também quer dizer que uma desterritorialização é, sempre e algures, uma reterritorialização (Haesbaert, 2006). De acordo com esta posição, e no quadro do movimento permanente dos territórios impulsionados pela dinâmica capitalista, estes viveriam “apenas” uma imobilidade relativa, uma espécie de temporalidade diferencial, nada que o paradigma da mobilidade não resolvesse. As crises seriam, portanto, fruto de uma imobilidade relativa, isto é, de meros ajustamentos diferenciais motivados por mobilidades em transição, em processos contínuos de desterritorialização e reterritorialização.

De acordo com esta posição, a desertificação e o despovoamento dos concelhos portugueses do interior (os fixos e os lentos) dever-se-iam, pois, à sua imobilidade relativa, ou, dito de outro modo, tão depressa quanto possível, os “fixos e os lentos” deveriam dar lugar, aos “móveis e rápidos”!!

Sempre de acordo com esta posição teórica, tudo seria movimento, logo, exportável e importável. O “equilíbrio interno” seria obtido por via do turismo, a emigração, o investimento estrangeiro, a exportação e a importação, os movimentos de capitais, no fundo uma economia cosmopolita fundada em cidadãos cosmopolitas sempre disponíveis para “viajar” quer materialmente quer virtualmente.

A questão fulcral é, então, a seguinte: como é que todo este frenesim do movimento “se inscreve socialmente nos territórios”, sabendo nós que para os grupos mais poderosos o território é um recurso instrumental e para os grupos mais vulneráveis é um abrigo, um fim em si mesmo, mais identitário-simbólico do que funcional-instrumental?

E que fazer dos territórios que se fecham sobre si próprios, que se tornam imóveis por abandono, esquecimento ou falta de projecto comum?

A coesão económica, social e territorial faz parte do contrato social que fundamenta a biopolítica do Estado-nação, a sua razão de ser e o lastro da sua identidade mais profunda. Há um nexo de reciprocidade causal nesta relação triangular e a quebra acentuada deste nexo de causalidade, por virtude de uma redução substancial do fluxo produtivo e redistributivo, com impacto na equidade social mas, também, interterritorial e intergeracional, converte os territórios atingidos em verdadeiros “territórios de reclusão”, se quisermos, em “territórios-lar”.

A reclusão territorial não é uma fatalidade ou fruto do acaso, pois há sempre uma relação de poder e uma intencionalidade política, explícitas ou implícitas, subjacentes a estes movimentos de desterritorialização e reterritorialização dos territórios. Por outro lado, estes territórios, devido às suas vulnerabilidades estruturais de longa data (problemas de ordenamento e crescimento), por um lado, e à dinâmica segregacionista e agressiva dos mercados globais, por outro, estão permanentemente no banco de urgência e nos cuidados intensivos da “meso-cirurgia territorial”. De certa forma, pode dizer-se que a sua desterritorialização se explica pela sua imobilização, razão pela qual,

hoje, um território só resiste à sua imobilização se promover, em primeiro lugar, a sua multiterritorialidade e, em segundo lugar, a territorialização e a mobilização de todos os seus recursos.

Dito de outro modo, não há determinismos irremediáveis. Escassez de capital social, perda de capital natural, ausência de governança local ou uma frágil estrutura de oportunidades, quase tudo se deve à falta de consistência e sintonia entre as aspirações colectivas e os recursos disponíveis (captura dessas aspirações por grupos hegemónicos) ou a opções erradas no que diz respeito à implementação material do projecto no terreno em concreto. Assim sendo, a resiliência de um território adquire-se com esta mobilidade e mobilização de todos os seus recursos, materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, isto é, com a construção social de um território-rede que restabeleça as condições mínimas do seu contrato social.

3. A tese da construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade

O advento da 2ª ruralidade e os seus paradoxos

Num outro local escrevemos:

A Grande Transição é sobre uma nova antropologia cultural do mundo rural, sobre a formação de comunidades de interesses em busca de laços comunitários para o sentido da vida, em contacto directo com o chão físico e biológico. A Grande Transição é sobre a fusão entre os direitos naturais e os direitos sociais e humanos, o primado do acesso sobre a propriedade e da economia de serviços sobre a economia da produção. A Grande Transição, finalmente, diz respeito à utilidade social do respeito. Do respeito pela pessoa da natureza e pela natureza da pessoa humana. De respeito pela diversidade dos futuros, hoje, e pela diversidade dos presentes, amanhã. (Covas e Covas, 2011: contracapa).

A nossa tese é a de que a 2ª ruralidade será o ecossistema de acolhimento dos territórios-rede que ambicionamos construir. Mas o advento da 2ª ruralidade, que já se anuncia e assinala, está, também, repleto de paradoxos, se não vejamos:

- Maior agressividade da economia global, mas, também, maior resiliência das economias locais;

- Mais produtos brancos e sem rosto, mas, também, mais produtos denominados e com indicação geográfica;
- Maior mobilidade de produtos, cada vez mais longínquos, mas, também, produtos de maior proximidade;
- Menor sazonalidade da produção, mas, também, mais produtos de época e estação;
- Mais risco alimentar com maior rastreabilidade, mas, também, mais informalidade com mais risco;
- Maior volatilidade do investimento em activos, mas, também, mais economia verde e conservação de recursos;
- Mais valores de troca, mas, também, mais valores de uso, de existência e de opção;
- Mais soluções tecnológicas disponíveis, mas, também, mais segregação social por via da infoexclusão;
- Mais respeito pelo direito de propriedade, mas, também, mais direitos de acesso e circulação e mais declarações de interesse público;
- Mais conflitos de interesse, maior privatização dos benefícios, mas, também, maior socialização dos prejuízos;
- Mais ética nos comportamentos, com mais *accountability*, mas, também, mais *free raider* e risco moral.

Como se observa, a 2ª ruralidade terá um chão muito paradoxal de onde germinará, esperamos nós, muita liberdade e contingência para promover novos projectos.

A tese da construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade

É sobre estes paradoxos, e por causa deles, que terá lugar a construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade. Com efeito, são eles que, pelo seu paroxismo, permitem aos diferentes grupos sociais construir diferentes versões do território, a sua multiterritorialidade e territorialidade transcendente. Para dar conta de tal complexidade e contingência, é necessário promover e organizar um agrupamento de

territórios de natureza e geometria variáveis, um território-rede que articule áreas naturais, áreas urbanas e áreas rurais e congregue novas centralidades, funcionalidades, racionalidades e personalidades, que se podem obter a partir de uma associação virtuosa entre parceiros.

Esta associação territorial potencialmente virtuosa pode reunir, por exemplo: empreendimentos turísticos, grupos empresariais, parques e reservas naturais, comunidades piscatórias, instituições do ensino superior/centros de investigação/escolas profissionais agrícolas, associações empresariais e de desenvolvimento local, cooperativas e suas federações, autarquias e suas associações, clubes de produtores e de consumidores, superfícies comerciais e suas associações, meios de comunicação social, etc.

Sabemos, também, que o mesmo território é apropriado por vários grupos sociais de maneira diferente, com diferentes representações e grelhas de leitura e congregando poderes muito diferenciados. Por isso, um território, um recurso, uma tecnologia, são construções sociais e relações sociais atravessadas pela lógica do poder dominante. Sabemos, ainda, que temos hoje a possibilidade de combinar de forma inédita a intervenção e a coexistência de uma gama enorme de diferentes territórios, mas sabemos, também, que nas sociedades actuais o território-rede também não escapa ao controlo de mobilidade, dos fluxos e das conexões das redes.

Em todos os casos, a construção social de um território-rede implica mobilizar de forma inteligente quatro grandes eixos de intervenção e reabilitar/valorizar os “quatro capitais” que constituem a coluna vertebral de qualquer território-rede. Em primeiro lugar, o “eixo paisagístico” que diz respeito a uma unidade de paisagem, área de paisagem protegida (APP) ou sítio da Rede Natura 2000 (RN2000) e visa reabilitar e valorizar o capital natural. Em segundo lugar, o “eixo produtivo” que diz respeito ao sistema alimentar local (SAL), ou ao sistema produtivo local (SPL) e serve ou beneficia dos serviços ecossistémicos respectivos (o capital produtivo). Em terceiro lugar, o “eixo cultural” onde se reúnem os recursos humanos, simbólicos e culturais (RSC) que marcam e denominam a geografia local (o capital social). Por último, o “eixo da governança” para onde convergem as diferentes perspectivas em matéria de sistema de governação do território (SGT) (o capital institucional).

No caso português, o “défice de sociedade civil” na configuração dos territórios teve como consequência um excesso de municipalização e política partidária, por um lado, e a onnipresença da política administrativa e financeira do Estado, por outro. Hoje, esta onnipresença reduz substancialmente o campo de possibilidades à nossa disposição, uma vez que encurta e regula o sistema de acessos e condicionalidades ao poder dominante.

4. A transição cognitiva dos “territórios-zona para os territórios-rede”

Começamos com uma pequena advertência que julgamos fazer todo o sentido. Existem conceitos, que aqui designamos de “conceitos-solução”, que, pela sua sedução teórica e intelectual, antecipam ou criam uma espécie de “ficção de solução” cuja “lógica invertida” conduz à criação de um “problema-correspondente”, umas vezes um “problema-bom”, outras um “problema-mau”, talvez, mesmo, um problema onde antes ele nem sequer existia. Se não tomarmos algumas medidas cautelares, estes conceitos, úteis, podem revelar-se contra-intuitivos. O conceito de território-rede é um desses conceitos, outros exemplos são o desenvolvimento sustentável, a multifuncionalidade ou a modernização ecológica. Em todos estes casos, é necessário montar um grande estaleiro de engenharia social e política para pôr de pé essa “ficção de solução”. Não obstante esta eventualidade e contra-indicação, estes “conceitos-solução” apresentam um elevado valor cognitivo e reflexivo.

A transição cognitiva e reflexiva

No caso dos territórios-rede essa “ficção de solução” e esse valor cognitivo podem transmutar-se na seguinte interrogação: como transitar de uma cultura-zona de territorialidade homogénea para uma cultura-rede de multiterritorialidade heterogénea, de tal modo que esta multiterritorialidade possa dar lugar a uma territorialização material concreta?

A resposta a este acréscimo de complexidade e contingência só pode ser mais e melhor acção colectiva, cooperação e aprendizagem mútua ao abrigo de um projecto comum conduzido pela inspiração e sob a égide de um actor-rede.

A transição de um território-zona para um território-rede só pode ser uma transição cognitiva e reflexiva onde se aprende a fazer política “para lá da política”. Esta “outra política” conduzida por um actor-rede e uma acção colectiva inovadora deve *passar da hierarquia para a heterarquia, da autoridade directa para a conexão comunicativa, da posição central para a composição policêntrica, da heteronomia para a autonomia, da regulação unilateral para a implicação policontextual*. (Innerarity, 2005:184).

O grande objectivo desta transição reflexiva é gerar um fluxo denso de capital social regenerador, uma mistura, porventura caótica, num primeiro momento, de projectos, ideias, instrumentos e procedimentos e novos actores.

Vejamos, no plano metodológico, como se poderá desencadear o processo de construção social do território-rede:

- Em primeiro lugar, vamos juntar, por exemplo, uma cooperativa agrícola, uma escola superior agrária, um parque natural, uma associação de desenvolvimento local, um centro de artes e ofícios e o município ou municípios respectivos, todos unidos por uma boa causa ou um bom pretexto que pode ser um projecto de investigação, de desenvolvimento comunitário ou de economia criativa e cultural;
- Em segundo lugar, e formada a parceria inicial, temos em mão um “território de partida” que definimos de forma preliminar e provisória como um “território inorgânico”, em que cada parceiro traz “o seu próprio território” na expectativa de outras visões e representações territoriais (territorialidades) e, consequentemente, novos conteúdos territoriais;
- Em terceiro lugar, segue-se a produção de uma multiterritorialidade ou territorialidade transcendente, em que cada participação produz a sua própria territorialidade, e, em consequência, uma nova visão comum territorial ou multiterritorialidade inspiradora do território-rede;

- Em quarto lugar, é necessário converter essa visão comum ou multiterritorialidade em novas centralidades, funcionalidades e actividades empresariais e territoriais, isto é, em um projecto comum e uma nova economia para o território-rede;
- Em quinto lugar, teremos de indagar se há condições para recriar uma nova solidariedade orgânica e, eventualmente, campo para uma nova identidade territorial.

Numa sociedade fragmentada e fragmentária, como é aquela que hoje vivemos em Portugal, a configuração ou parceria territorial inicial não é uma tarefa fácil. Com efeito, e não obstante terem coabitado o mesmo território durante bastante tempo, aqueles actores locais ou regionais, muito provavelmente, nunca trocaram conhecimento nem criaram capital social comum, pela razão simples de que sempre ou quase sempre operaram em modo de “território-zona”, isto é, hierarquicamente e verticalmente, em alinhamento com as determinações da autoridade político-administrativa. Por isso mesmo, o ponto de partida de uma racionalidade operativa, horizontal e cooperativa, é, hoje, extremamente complexa e contingente, mas, ainda assim, muito compensadora.

A tensão política e a violência simbólica da transição

A tensão política e a violência simbólica dizem respeito e são inerentes ao processo de transição para o território-rede.

Em primeiro lugar, a tensão política ou a violência simbólica implicada pela diversidade de visões funcionais, cada uma pretendendo ou projectando diferentes versões ou “ficções de unidade”. Isto quer ainda dizer que os diversos sistemas funcionais, especializados e autónomos, realizam configurações completamente diferentes consoante os problemas a tratar. A escola politécnica, a administração pública, a cooperativa, o grupo empresarial, a associação de desenvolvimento, a câmara municipal, a área de paisagem protegida, projectam essas diferentes versões de unidade. Há uma violência simbólica nessa projecção unilateral, que pode ser melhor ou pior resolvida.

Em segundo lugar, a tensão política e a violência simbólica produzidas e implicadas pela conversão de várias territorialidades em uma multiterritorialidade e depois em uma

territorialização concreta estão dependentes dos arranjos e compromissos que se geram ou não se geram no interior da respectiva parceria territorial, relativamente a uma necessária visão hegemónica ou dominante.

Em terceiro lugar, a tensão política e simbólica implicada pela composição de interesses ou, talvez melhor, pelo confronto entre recursos, anti-recursos e contra-recursos. De facto, o choque iminente entre o universo hierárquico, burocrático e corporativo dominante (vertical e de fora para dentro) e o universo heterárquico, policontextual e sociocomunitário emergente (horizontal e de dentro para dentro), que geralmente caracteriza a passagem dos territórios-zona para os territórios-rede, pode ser extraordinariamente violento no plano simbólico e organizacional, no que diz respeito à conversão de um padrão organizacional burocrático para um padrão organizacional cooperativo e/ou cooperativo.

Em quarto lugar, a tensão política e simbólica implicada pela articulação paradoxal entre complexidade e contingência: de um lado, um imenso campo de possibilidades, de outro, um grande mal-estar, justamente por haver excesso de possibilidades, logo maior contingência. Donde a necessidade de estabelecer procedimentos para lidar com a complexidade e a contingência.

Finalmente, a tensão política e simbólica que deriva da necessidade de “proteger a política”, isto é, de reduzir a sua onipresença político-administrativo-burocrática, exigindo-lhe autolimitação e paciência.

5. Os territórios-rede, governança e institucionalidade dedicada

Na passagem dos territórios-zona para os territórios-rede passamos, também, do modo *governing* (hierarquia) para o modo *governance* (heterarquia). Nesta transição falta-nos, por enquanto, uma teoria-prática do agir comunicacional para fazer bem a aprendizagem da cooperação entre parceiros que mal se conhecem (o diálogo de surdos).

A aprendizagem da cooperação e a geração de capital social

Uma ordem hierárquica não está em condições de governar as sociedades do conhecimento, pois impossibilita a auto-organização e a auto-responsabilidade. O problema é que o Estado cultivou uma desconfiança perante a auto-organização. (Innerarity, 2005: 213).

Vivemos na sociedade do conhecimento. Neste género de sociedade só sobrevivem os subsistemas, os sectores e os actores que estão dispostos a aprender e são capazes de aprender. A política, mas também a ciência, a economia, as artes e a comunicação social, por exemplo, não estão desobrigadas da necessidade de aprender. O que mais impressiona é verificar como todos estes subsistemas, sectores e actores, quantas vezes no mesmo território, desperdiçam as oportunidades de criar capital social regenerador, por intermédio de parceiros que verdadeiramente nunca chegaram a sê-lo. De facto, se os parceiros que integram as configurações territoriais que nos propomos construir teimarem em ser auto-referenciais, abdicando de se protegerem de si próprios e do seu interesse egoísta, está criado um equívoco monumental e, em breve, anunciado o regresso vitorioso da hierarquia do território-zona para pôr ordem no sistema territorial.

As configurações territoriais e os territórios-rede, tal como nós os imaginamos aqui, são, antes de mais, “produções civilistas”, de cariz social, societário, cooperativo, mutualista ou comunitário, mais do que territórios institucionais, públicos e institucionalizados ou burocrático-administrativos, o que não invalida a cooperação necessária entre parceiros públicos e privados. Essas “produções civilistas” são verdadeiras “comunidades políticas” produtoras de capital social (confiança, respeito, entreajuda, conhecimento, futuro) para lá da política convencional e, nessa medida, necessitam de muita “instigação política” para atingirem um alto grau de reflexão interna. Esta “instigação política” não é fácil de obter na fase de transição e necessita, para o efeito, de uma liberdade reflexiva transcendental que só é possível, nestas circunstâncias, se reforçarmos o sistema de negociação interna e procedimentos de resolução de conflitos de interesses do futuro território-rede. Todavia, se cada parceiro carregar para a acção colectiva as taras acumuladas da sua própria corporação, então, a violência simbólica, a que já antes nos referimos, será de tal ordem que bloqueará os progressos já realizados e nada de relevante acontecerá para o território-rede em formação.

Sabemos hoje, por via da sociologia do conhecimento e dos contributos das teorias construtivistas do conhecimento, que não podemos ver o que não sabemos. O nosso dilema, portanto, neste momento de urgência, é saber como produzir o conhecimento e o capital social onde antes havia um verdadeiro diálogo de surdos, pois a onnipresença da política hierárquica, arrogante e auto-referencial “segregou e secou” as múltiplas formas de conhecimento formal e informal que circulavam na sua órbita e que foram progressivamente empurradas para o limbo da “sociedade oficial” onde hoje proliferam e vegetam sem esperança, arrastando consigo outros tantos territórios sem futuro.

Sabemos, finalmente, que a produção dos territórios-rede, na sua enorme variedade, implica a passagem do *governing* (a governação pública) para a *governance* (a governação civil) ou, ainda, a transição da hétero-regulação para a auto-regulação que é, afinal, a obrigação de os actores se autolimitarem na sua acção e nos seus interesses, substituindo a regulação externa pela regulação própria. Isto só é possível se o território-rede reunir as condições para criar uma “institucionalidade ou administração dedicada” capaz de produzir várias visões de futuro através de sucessivas “ficções de consenso” que alimentem permanentemente a comunicação consensual em redor de um ideário de prosperidade cooperativa para todos.

Um actor-rede para uma administração dedicada

Como dissemos, cada configuração territorial, sob a forma de um território-rede em formação, terá de criar uma racionalidade operativa apropriada e adaptada aos seus diversos territórios de origem e diferentes momentos operativos. Nos projectos já ensaiados e em curso (Querença, Geraz do Lima, Aldeias Ribeirinhas do Alqueva, Alcoutim, Barril, Miranda do Douro, ...) é proposta uma metodologia operativa em concreto de administração dedicada². Numa fase de pré-projecto, que se recomenda que tenha uma duração apropriada de seis a nove meses, essa racionalidade operativa pode assumir a forma de uma comissão instaladora dos parceiros, cuja missão principal é delimitar o território de partida e esboçar os traços essenciais do que será a estratégia

² Para aprofundar a metodologia que foi ensaiada pela primeira vez no Projecto Querença, consultar Covas e Covas (2013: 528-540), Covas e Covas (2012a: 199-214) e Covas e Covas (2012b: 1-9).

de intervenção ou o bem comum desse território. Todavia, o território-rede não é um simples “território em rede”, logo, é recomendável que se constitua uma “administração dedicada e permanente” sob a forma organizacional de um actor-rede. Na fase de projecto propriamente dita este actor-rede é uma “estrutura de missão ou projecto”, servida por uma “administração dedicada e permanente”, pois só há competência se houver se houver permanência, ao serviço de um projecto comum com vários cenários de futuro à nossa frente. É, também, um actor intuitivo e quase metafísico no sentido em que é dotado de um “discurso paradoxal” sobre o território em construção e muito em especial sobre a natureza da sua multiterritorialidade. Por mais surpreendente que possa parecer, a coesão do grupo é mantida pela reflexão prospectiva e pela renovação desses cenários de futuro. O actor-rede é, assim, o representante do futuro no presente e, nessa medida, ele é o mediador, por excelência, das actividades criativas e culturais que são portadoras de “ilusão e de imaginário”.

Em síntese, para ser este mentor intuitivo e reflexivo do território-rede, o actor-rede precisa, em primeiro lugar, de alimentar um *ethos* cooperativo genuíno, não apenas no procedimento mas, também, na substância do que se deve entender por um “bem comum”. Precisa, em segundo lugar, de uma inteligência territorial, material e imaterial, dotada de modéstia construtivista na formação do valor acrescentado multiterritorial. Em terceiro lugar, precisa de uma teoria do agir comunicacional, sob a forma de um arranjo comunicativo local e de uma retórica discursiva que tornem o actor-rede capaz de produzir sucessivas “ficções de consenso” sobre outros tantos conflitos de interesse que germinarão no interior do território-rede em construção. Por último, o actor-rede é o agente-principal de um novo espaço público criativo que se confundirá com a própria multiterritorialidade, qual caldo de cultura de onde emergirá a putativa identidade-rede de uma configuração territorial que, tendo começado por ser um território inorgânico, ambicionará, algum dia, ser um território-rede dotado de um mínimo de organicidade, consistência e espessura territoriais.

6. Os territórios-rede, uma tipologia exploratória

Chegados aqui, estamos em condições de esboçar uma primeira tipologia exploratória de configurações territoriais, territórios inorgânicos de partida que podem dar origem a novos territórios-rede. Recordemos, a propósito, as características instituintes de um território-rede em formação: *ethos* cooperativo, policentrismo, multiterritorialidade, reticulação inovadora, agenciamento de novos promotores, liderança de um actor-rede, intencionalidade estratégica.

Uma tipologia exploratória

Como já dissemos anteriormente, todas as configurações territoriais devem combinar, sempre que possível, quatro eixos de reticulação: o eixo paisagístico (capital natural), o eixo produtivo (capital produtivo), o eixo cultural (capital social) e o eixo da governança (capital institucional), de acordo com a ecossocioeconomia de cada uma das configurações. Como se compreende, a definição do território de partida, a sua diversidade e complementaridade, é um momento crítico do projecto comum, pois é ele que, em boa medida, balizará a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis. Assim sendo, e a título meramente exploratório, apresentamos a seguinte tipologia de territórios-rede da 2ª ruralidade:

1) Uma área urbana, um arco urbano, uma rede de cidades, em articulação com clubes de produtores e de consumidores, uma associação de desenvolvimento local e uma escola superior agrária, por exemplo, propõem-se desenhar um sistema alimentar local (SAL), a partir da agricultura periurbana e através de uma rede de circuitos curtos tendo em vista organizar o comércio local de produtos alimentares de proximidade; ao mesmo tempo, a parceria aproveita para requalificar o sistema de espaços e corredores verdes, utilizando, por exemplo, as hortas sociais, as linhas de água e os bosquetes multifuncionais, tendo em vista articular as áreas urbanas, as áreas rurais e as áreas naturais; falamos, também, de contratos e convenções entre clubes de produtores e clubes de consumidores (por exemplo, Querença e Geraz do Lima);

2) Um parque natural que comporta uma ou várias unidades de paisagem, conjuntamente com o clube de produtores do parque ou a associação ambientalista do parque, mais o conjunto das aldeias que integram o parque, a associação de desenvolvimento local da região e a escola politécnica ou universidade mais próxima propõem-se modernizar o sistema produtivo local (SPL) do parque, criando, para o efeito, uma agroecologia específica, uma indicação geográfica de proveniência (IGP) e uma nova estratégia de visitaço do parque por via de um marketing territorial mais ousado e imaginativo; passamos, assim, do “sistema de produtos” locais para os “produtos do sistema” produtivo local (por exemplo, a Associao Parques com Vida);

3) Um empreendimento turstico, uma comunidade piscatria, uma rea de paisagem protegida, uma cmara municipal, uma associao de desenvolvimento local e uma escola superior, propem-se requalificar um empreendimento turstico e uma praia adjacente e criar um nicho de mercado e um novo espao pblico de qualidade para o turismo acessvel, teraputico e recreativo (turismo de sade e bem-estar) com base, por exemplo, numa pequena aglomerao de actividades teraputicas, criativas e culturais criadas para o efeito (por exemplo, o Projecto Barril, em preparao no concelho de Tavira);

4) Um grupo de aldeias ribeirinhas, na rea de influncia de um lago, de uma albufeira, de uma barragem ou bacia hidrogrfica, os operadores tursticos, as associaes e/ou clubes de produtores agro-florestais, as administraes de recursos hdricos, uma escola superior, propem-se lanar uma estratgia criativa e integrada de agro-turismo e turismo rural que inclui a participao e a experinciao dos visitantes nas prticas agro-rurais tradicionais (por exemplo, o Projecto das Aldeias Ribeirinhas do Alqueva, actualmente em curso);

5) Um grupo de aldeias com vocao especializada num determinado sector ou produto, as aldeias vinhateiras do Alto Douro, por exemplo, patrimnio mundial da Humanidade, associa-se com os empreendimentos tursticos, as associaes ou clubes de produtores, uma escola superior, as associaes culturais mais representativas,

tendo em vista desenhar uma estratégia conjunta de visitação e valorização do património material e imaterial dessa sub-região;

6) Um grupo de cooperativas agrícolas ou associações de agricultores, uma empresa de distribuição alimentar ou rede de supermercados, a associação de municípios da mesma área, uma escola superior agrária ou universidade, associam-se tendo em vista desenhar uma estratégia conjunta de modernização agroecológica e comercial para uma sub-região que foi objecto de grandes investimentos públicos e que precisa urgentemente de ser relançada (por exemplo, a Cova da Beira, o Alqueva);

7) Uma ou mais Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), as associações ou clubes de produtores florestais, as reservas cinegéticas, as áreas de paisagem protegida e as zonas de protecção especial, as empresas agro-florestais, uma escola superior, as comunidades humanas envolvidas, associam-se para constituir um sistema agroflorestal (SAF) ou agrosilvopastoril tendo em vista criar uma estratégia de intervenção integrada que vai desde a prevenção e recuperação de áreas ardidas à construção dos sistemas agro-silvo-pastoris com o seu cabaz completo de produtos da floresta (por exemplo, as ZIF da zona serrana algarvia);

8) Um centro de investigação na área da biodiversidade, da ecologia funcional e reabilitação de ecossistemas, um parque ou reserva natural, uma associação agro-florestal, empresas de turismo em espaço rural, empresas na área do termalismo, propõem-se criar um programa de investigação-acção tendo em vista a preservação da biodiversidade e dos endemismos locais, a melhoria da oferta de serviços ecossistémicos relevantes e a valorização comercial destes activos biodiversos por via do lançamento de serviços turísticos, culturais e científicos (por exemplo, as termas e a zona serrana de Monchique, em fase de preparação);

9) Um agrupamento de associações de desenvolvimento local em associação com uma universidade ou escola politécnica, uma escola profissional agrícola, um parque ou reserva natural e um conjunto de aldeias serranas, os operadores de turismo de

natureza e de aldeia, propõem-se lançar um programa de desenvolvimento comunitário de aldeias serranas (por exemplo, a rede das aldeias históricas ou o lançamento de uma intervenção territorial integrada (ITI) numa zona serrana ou num parque natural);

10) Um grupo empresarial da área do turismo termal, uma área de paisagem protegida, uma associação ambientalista ou de desenvolvimento local, uma escola superior politécnica, a cooperativa ou associação local de produtores, as aldeias e vilas da área de influência do projecto, propõem-se criar uma espécie de “santuário ou ecossistema exemplar” que seja um local de aprendizagem e visitação de boas práticas agroecológicas onde se pode observar e aprender: a diversidade de agriculturas como arte, técnica e estética da paisagem rural, a ecologia da paisagem e a reabilitação de habitats, a economia da conservação, do baixo carbono e da energia renovável, a arquitectura funcional associada à bioconstrução e à bioclimatização, etc (por exemplo, uma experiência transfronteiriça que associe parques naturais, centros de investigação e comunidades locais).

O valor acrescentado multiterritorial

Em todos os casos referidos, o segredo do sucesso reside na procura do valor acrescentado multiterritorial de cada configuração. Para que este valor acrescentado da 2ª ruralidade seja efectivo são necessários novos investimentos de valorização territorial que criem um “ecossistema de acolhimento” e economias externas favoráveis ao lançamento daquelas configurações territoriais:

- Em primeiro lugar, uma nova geração de bens públicos rurais mais próxima da engenharia biofísica, da agroecologia e da arquitectura paisagística ou, mais ainda, das diversas ecologias e biologias funcionais que contribuem para melhorar a produtividade primária das espécies e populações das nossas comunidades e ecossistemas naturais;
- Em segundo lugar, a formação de redes de pequenas e médias cidades do interior no que diz respeito à auto-organização e autogestão do seu sistema de recursos, sejam os subsistemas de fornecimento energético (sistemas integrados de micro-geração), de abastecimento de água (sistemas de captação, poupança, eficiência e reciclagem), de

aprovisionamento agro-alimentar (sistemas produtivos locais), de construção sustentável (sistemas de bioconstrução e bioregulação) ou de reciclagem de resíduos (a política dos 3R, redução, reciclagem e reutilização);

- Em terceiro lugar, uma economia dos espaços verdes da cidade do século XXI, no quadro da estrutura ecológica municipal e da estrutura regional de valorização ambiental, em ordem a uma ecologia urbana de base sistémica onde os ecossistemas naturais e os agro-sistemas se articulam harmoniosamente com o *facies* edificado da cidade e que assuma a estetização e a valorização das amenidades do mundo rural na linha do pensamento do Prof. Francisco Caldeira Cabral em que «*a beleza deve ser o reflexo espontâneo da boa adequação da obra ao fim proposto, como qualidade intrínseca, e não, como geralmente se supõe, em resultado de uma série de operações posteriores e, portanto, extrínsecas, chamadas embelezamento*» (Cabral, 2003: 21).

A estas três contribuições fundamentais devemos juntar mais duas que têm a ver com a qualidade do capital social que é necessário mobilizar para estas novas configurações territoriais. A primeira refere-se ao papel nuclear das instituições de ensino superior e, em especial, das escolas superiores agrárias, no desenho inicial do território de partida e na liderança do *common good* do projecto. A segunda contribuição refere-se ao papel dos neo-rurais *rurbanus* e à pluralidade e diversidade de sistemas e modos de produção e consumo que eles transportam para o interior da nova configuração territorial que, no final, se poderão traduzir por novos movimentos pendulares entre a cidade e o campo, não apenas nos anéis suburbano e periurbano mas, também, nos anéis mais afastados pertencentes ao rural remoto e profundo.

Finalmente, a configuração de cada território-rede deve ser de tal ordem que o valor acrescentado multiterritorial desemboque, sempre que possível, num produto composto feito de “produção, conservação, recreação e aculturação”, que o marketing dos territórios deve valorizar e promover adequadamente.

7. Conclusão

A condição pós-moderna diz-nos que vivemos uma dupla circunstância: tanto vivemos em condomínios fechados, territórios-zona clássicos, como vivemos uma intensa actividade cosmopolita em ambiente de território-rede. A mobilidade física e a mobilidade virtual e a sua interoperabilidade configuram uma multiterritorialidade vivida, ao mesmo tempo, no espaço físico e no espaço virtual. Construimos a nossa personalidade e trajectória pessoal através dessa multiterritorialidade, ora desfazendo, ora refazendo essa multiterritorialidade. Assim sendo, a multiterritorialidade (MT) é um arranjo variável de territórios-zona (T-Z) e territórios-rede (T-R).

No mesmo sentido, cada um das configurações territoriais que apresentámos conduz, como é natural, a uma multiterritorialização diferenciada: há diferentes níveis de compressão espaço-tempo, diferentes geometrias de poder, diferentes representações, diferentes cargas simbólico-funcionais, diferentes graus de continuidade e descontinuidade, uma diferente historicidade dos tempos territoriais. Os territórios são movimento e nessa sua historicidade cumprem todas as fases de um ciclo de vida. A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade inscreve-se nesse movimento perpétuo de estruturação e desestruturação territorial. Os multiterritórios são, por isso, um imenso campo de possibilidades de acesso e conexão, uma rede gigantesca de capital social onde têm lugar as configurações e reconfigurações sociais.

Neste perpétuo movimento, as instituições de ensino superior, disseminadas por todas as regiões do país, têm uma particular responsabilidade. Por maioria de razão, agora que se discute a reestruturação da rede de ensino superior. As nossas três perguntas de partida sobre – o *policy-problem*, o *common good* e a *territorial governance* - só terão uma resposta satisfatória com o envolvimento directo das instituições de ensino superior regional. Acresce que, na situação de emergência em que o país vive e face à iminência de termos verdadeiros “territórios em reclusão”, a reserva ou a omissão das instituições de ensino superior perante a gravidade dos problemas locais e regionais é um autêntico crime de lesa-pátria. As instituições de ensino superior estão, por isso,

obrigadas a serem os actores-líder das novas parcerias que conduzem à produção de multiterritorialidade e à formação dos novos territórios-rede.

8. Referências bibliográficas

Cabral, F. C. (2003). Fundamentos da arquitectura paisagista. Lisboa, Instituto de Conservação da Natureza (ICN), 2ª edição.

Covas, A. e M. M. Covas (2013). “A caminho da 2ª ruralidade: a microgeoeconomia de novos sistemas territoriais – A experiência do Projecto Querença”. 1st International Meeting – Geography & Politics, Policies and Planning. CEGOT, E-book_Geography&PPP.pdf, Nº 1: 528-540.

Covas, A. e M. M. Covas (2012a). A Caminho da 2ª Ruralidade: uma Introdução à Temática dos Sistemas Territoriais. Lisboa, Edições Colibri, 229 p.

Covas, A. e M. M. Covas (2012b). “Projecto Querença: a microgeoeconomia das baixas densidades – missões de intervenção e resgate em áreas rurais remotas”. Actas do IX Colóquio Ibérico sobre Estudos Rurais (IX CIER) (I) Mobilidades e (Des)Envolvimentos: O Rural Desafiado/Inercias, Câmbios Y Desarrollos: desafios para el médio rural. Lisboa, SPER, SEG/IGOT-UL, versão em CD-ROM, Tema b: 1-9.

Covas, A. e M. M. Covas (2011). A Grande Transição. Lisboa. Editora Colibri, 171 p.

Friedman, T. (2006). O mundo é plano. Lisboa, Actual Editora.

Haesbaert, R. (2006). O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Innerarity, D. (2010). O novo espaço público. Lisboa, Editora Teorema.

Innerarity, D. (2005). A transformação da política. Lisboa, Editora Teorema.

Raffestin, C. (1993). Por uma geografia do poder. São Paulo, Editora Ática.

Santos, M. (2006). A natureza do espaço. São Paulo, Editora da Universidade de S. Paulo.